PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Joinville, 28 de março de 2018.

Prezados Senhores,

A WETZEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia” ou “Wetzel”), submete à apreciação de seus Acionistas, na **Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2018 às 10:00 horas,** as propostas descritas a seguir:

1. Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2017, publicados no dia 28/03/2018 no jornal "A Notícia" e no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina", bem como o Formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) diretamente pelo Sistema “empresas.net”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigido pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 17 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários, constam como Anexo à presente.

2. Propor à assembleia a homologação da transferência do resultado verificado no exercício para a conta de prejuízos acumulados, declarando-se inexistente a hipótese de distribuição de dividendos.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, constam como Anexo a presente.

3. Proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o período de maio/2018 a abril/2019 no valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência - FR previsto pela Instrução CVM 480 constam de Anexo à presente.

A Companhia esclarece que as diferenças entre a proposta de remuneração para 2017 (R$ 2.000 mil) e a remuneração efetivamente realizada no exercício (R$ 1.252 mil), constantes do item 13.2 do FR decorreram da não correspondência entre o período da proposta (de uma AGO a outra) e o período da efetiva apuração (exercício social de 2017), pela eleição de apenas 2 (dois) membros exclusivos para o Conselho de Administração e pelo acúmulo de funções do Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, remunerado exclusivamente pela função de Diretor.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

WETZEL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Márcia Hermann

Diretora de Relações com Investidores

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXOS

A seguir a Companhia apresenta os anexos à proposta que irão servir de apoio para as deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária.

Anexo I	Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes
Anexo II	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09
Anexo III	Comentários dos Diretores – Item 10 do Formulário de Referência
Anexo IV	Remuneração do Administradores – Item 13 do Formulário de Referência
Anexo V	Orientações para participação na da AGO
Anexo VI	Boletim de Voto à Distância

ANEXO I

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Na forma da lei, a Administração da WETZEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, submete para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

As incertezas políticas e econômicas ainda pairaram sobre o Brasil ao longo do ano de 2017, mas de modo bem mais brando do que ocorreu no fechamento do ano de 2016.

Na economia mundial destacou-se o robusto crescimento da Índia e da China – 6,7% e 6,8% respectivamente, em detrimento ao fraco crescimento dos demais emergentes do BRICs, Rússia e Brasil – que, segundo projeções do F.M.I., fechariam o ano com um crescimento em torno de 1,8% e 0,7% nessa ordem.

No Brasil, como já era preconizado pelo COPOM no final de 2016, “a retomada do crescimento seria lenta e gradual” e assim foi em 2017: O PIB divulgado pelo Banco Central foi de 1,00% taxa superior aos 0,7% projetados pelo FMI para o Brasil, conforme mencionado anteriormente. Contudo, vale ressaltar que esse crescimento foi impulsionado pelo setor agrícola e não pela indústria de transformação, setor que se manteve estagnado nesse período, conforme divulgado pelo próprio Banco Central.

A redução da taxa SELIC em dezembro/17 para 7,00% a.a., menor taxa dos últimos 20 anos, demonstra que o Banco Central acredita estar com inflação controlada e representa um aumento no consumo, principalmente no financiamento de bens duráveis como veículos, caminhões e implementos agrícolas, principais mercados de atuação da Wetzel.

Segundo a Anfavea (Associação dos Fabricantes de Veículos e Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), a indústria automobilística brasileira encerrou o ano de 2017 com um aumento de 25,2% na produção quando comparada com 2016, mas com um aumento de apenas 9,2% nos licenciamentos de automóveis, utilitários e pesados, quando comparada com igual período do ano anterior, o que demonstra um forte crescimento nas exportações desse segmento, batendo o recorde histórico de exportações de autoveículos: 46,5% acima de 2016 e 5,2% acima de 2005, ano detentor do recorde anterior.

Se analisada isoladamente a linha de veículos pesados (caminhões) a diferença entre produção e licenciamentos foi ainda maior: o crescimento na produção chegou a 37% enquanto os licenciamentos cresceram só 2,7%, demonstrando assim que essa linha contribuiu fortemente nas exportações do setor, representando um crescimento de 31,3% sobre 2016.

Segundo o presidente da Anfavea, o ano de 2017 ficará marcado positivamente pelo recorde nas exportações e pela retomada de crescimento após quatro anos seguidos de quedas.

Para Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças, o setor de autopeças, após ter enfrentado a pior crise de sua história, começa a registrar os primeiros sinais de crescimento sustentável. Segundo ele, os últimos anos, de grande retração interna, nos fizeram perceber que o mercado interno não deveria ser o único foco do setor. No geral, o setor de autopeças registrou um crescimento de 22% no faturamento quando comparado com o ano imediatamente anterior.

Já para a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), houve um crescimento bem mais modesto: 5% tanto no faturamento quanto na produção, levando a uma melhora na utilização da capacidade instalada do setor que subiu para 77% frente aos 71% no ano de 2016.

2. RESULTADOS

Os recorrentes adiamentos nas Assembleias de Credores para votação do Plano de Recuperação judicial da Wetzel ("PRJ"), fez com que a empresa perdesse a oportunidade de aproveitar a tempo o crescimento registrado nos principais setores em que atua, ou seja, autopeças e eletrotécnica. Por essa razão, seu volume de vendas ficou estagnado quando comparado com o ano imediatamente anterior.

No ano de 2017 a Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R$ 121,6 milhões, igual ao ano anterior (R$ 121,6 milhões). Quando analisado o volume (tonelagem), houve uma redução de 4,6% – de 7.705 toneladas em 2017 contra 8.058 toneladas em 2016, contabilizando apenas a tonelagem de metais produzidos – alumínio, ferro e ligas especiais – e não sendo levado em consideração a tonelagem de produtos em PVC comercializados pela unidade Eletrotécnica.

O Lucro Líquido consolidado da Companhia foi de R$ 6,4 milhões, o que representou 5,3% de sua Receita Líquida. Contudo, isso só foi possível devido à adesão pela empresa ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária – possibilitando o estorno de encargos financeiros e utilização de prejuízos fiscais para pagamento de impostos federais em atraso. Expurgados os benefícios dessa adesão (+R$ 37,9MM), bem como a reavaliação de propriedades para investimento (+R$ 0,8), o resultado seria de R$ 32,3 milhões negativos. Da mesma forma, se faz necessário expurgar do resultado de 2016 os ajustes de reavaliação de propriedades para investimento (+R$ 12,1MM), chegando-se ao resultado de 2016 em R$ 33,2 milhões negativos. Portanto, eliminando-se esses efeitos aleatórios entre os dois anos analisados –

2017 e 2016 – nota-se que a variação de resultados entre os exercícios foi de R$ 0,8 milhão, uma melhora de 2,6% no ano de 2017.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - EXPURGANDO-SE EFEITOS ALEATÓRIOS		
	2017	**2016**
Lucro/Prejuízo Líquido no período	**6.399**	**(21.138)**
(-) Expurgo Reavaliação Propriedades para Investim.	(845)	(12.091)
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ Despesas Financeiras	(10.807)	-
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ IRPJ/CSLL	(27.120)	-
(=) Lucro/Prejuízo Líquido no período "ajustado"	**(32.372)**	**(33.229)**
Variação entre os períodos após ajustes :	-2,6%	-

No exercício de 2017 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA (calculado segundo a metodologia definida pela CVM no Ofício Circular 01/07), atingiu R$ 13,2 milhões negativos, representando -10,9% da receita operacional líquida do ano, enquanto os valores apurados no ano de 2016 atingiu R$ 7,9 milhões negativos, que representou -6,5% da receita operacional líquida. Portanto, no ano de 2017, esse indicador teve uma piora de 4,4% pontos percentuais em relação à receita operacional líquida de cada período analisado.

3. DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

3.1. Unidade Alumínio

A Unidade Alumínio atua no setor automotivo produzindo peças fundidas e usinadas para a cadeia produtiva de montadoras de caminhões, ônibus e veículos de passeio.

Em 2017 as produções de caminhões e de ônibus cresceram 37,0% (equivalente a 22.405 unidades adicionais) e 10,5% (equivalente a 1.965 unidades adicionais) respectivamente. Contudo, no mesmo período os emplacamentos cresceram só 2,7% (1.382 unidades adicionais) e 5,3% (594 unidades adicionais) respectivamente, demonstrando que a alta na produção foi basicamente dedicada a exportações pelas montadoras desses segmentos. O fato de a Wetzel ter homologado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial somente no final de julho de 2017 fez com que esta não fosse habilitada pelas montadoras globais para fornecimentos nos volumes de exportações. Sendo assim, essa unidade de negócios apresentou uma queda de 1,31% no volume faturado em relação ao ano anterior.

3.2. Unidade Ferro

A Unidade Ferro destina seus produtos fundidos e usinados para diversos segmentos de mercado: peças para a cadeia produtiva de caminhões e ônibus; partes e peças para fabricantes de máquinas e

implementos agrícolas e ainda atende fabricantes de isoladores para linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, através de eletroferragens – este último, principalmente focado no mercado externo.

Essa unidade de negócios sentiu o mesmo efeito da unidade Alumínio com relação ao crescimento nas exportações de caminhões e ônibus: face a demora na homologação do PRJ que a fez perder oportunidades de vendas para esse nicho de mercado.

Contudo, por também atuar em outros segmentos de mercado, conseguiu ainda ter, embora de forma muito modesta, um pequeno crescimento em suas vendas em relação ao período exatamente anterior, 2016, sendo 0,82% superior em vendas.

3.3. Unidade Eletrotécnica

A Unidade Eletrotécnica é responsável pelo desenvolvimento, produção e comercialização de produtos próprios, destinados ao segmento de instalações elétricas, iluminação industrial e de infraestrutura.

De acordo com os dados divulgados pela ABINEE, o setor de material elétrico para instalações, principal nicho de atuação dessa unidade de negócios, recuou 1,0% na comparação com 2016. Nesse mesmo período, as vendas da unidade Eletrotécnica recuaram 3,5%, basicamente devido à redução dos estoques de seus revendedores por conta do ingresso da Wetzel no processo de Recuperação Judicial, o que causou preocupação nesse mercado.

4. INVESTIMENTOS

Em 2017 não ocorreram investimentos relevantes, mas sim um aumento expressivo em despesas com manutenções de equipamentos, os quais ficaram sem adequada manutenção nos anos anteriores.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Wetzel conduz seus negócios de forma responsável, ética e sustentável, buscando condições para melhorar continuamente a qualidade de seus produtos, processos e atividades, controlando os riscos para o meio ambiente, para a sociedade e para a saúde e segurança de seus empregados.

Em 2017 a Wetzel permaneceu certificada nas normas internacionais de gestão ambiental IS0 14001 e as suas Unidades de Negócios receberam o certificado de energia renovável por terem deixado de emitir gases de efeito estufa por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

A empresa encerrou o ano de 2017 com 915 colaboradores (866 colaboradores em dezembro de 2016), portanto, aumento de 5,7% no seu quadro de pessoal.

6. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que no decorrer do exercício de 2017 os auditores independentes, Sappia Auditores e Consultores, prestaram apenas serviços de auditoria externa, não tendo eles realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia.

7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes na Instrução Normativa CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Sappia Auditores e Consultores, em 23 de março de 2018, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

8. PERSPECTIVAS

Para 2018 a expectativa da ANFAVEA é de um crescimento em todas as vertentes dos segmentos que representa: 13,2% de crescimento na produção (3,06 milhões de unidades), 11,7% nos licenciamentos (2,50 milhões de unidades) e 5% nas exportações (800 mil unidades). Segundo seu presidente, a conjuntura macroeconômica indica cenário otimista, pois a inflação em baixa, câmbio estável e expectativa de crescimento do PIB (projetado em torno de 2,70% pelo Banco Central) possibilitam a retomada da confiança do consumidor e do investidor.

Para o Sindipeças, a indústria não foi e não será gargalo para esse retorno do crescimento do setor automotivo, já que o índice de capacidade instalada em 2017 continuou bem abaixo da normalidade, demonstrando que existe capacidade ociosa a ser preenchida. Na palavra de seu presidente, as empresas precisam agora focar nas definições do novo regramento que será lançado para veículos a serem produzidos e comercializados no país, chamado de “Rota 2030”. Nesse sentido, “quem não se adaptar, ficará para trás”.

Já a ABINEE projeta ainda um crescimento modesto de 7% para a indústria eletroeletrônica, mas também acompanhada do crescimento do número de empregos e da capacidade instalada, que poderá chegar à 80% neste ano.

- Projeções da Companhia

A homologação da aprovação do PRJ trouxe maior segurança aos seus clientes e fornecedores e as unidades automotivas da empresa – Alumínio e Ferro – já passaram a ser nomeadas para vários novos projetos, que já terão *rump up* dentro do próprio exercício de 2018 e outros para o início de 2019.

Já a Unidade Eletrotécnica – que possui produtos próprios – projeta crescer 40% em 2018, fundamentada nos seguintes fatores: recuperação econômica do país – levando a uma expansão do parque industrial – agronegócios e obras de infraestrutura (levando desta forma a uma reativação da construção civil como um todo); movimento crescente de substituição da iluminação convencional por LED – mercado em que já atua – e recuperação da credibilidade dos revendedores da marca Wetzel, além do lançamento de novos produtos como a linha de luminárias industriais.

Diante de tudo isso, a empresa projeta, conservadoramente, um crescimento em sua receita líquida de 44% em relação a 2017, gerando um lucro líquido de R$ 4,4 milhões e com uma geração de caixa operacional (EBITDA) de R$ 15,1 milhões.

9. AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, membros do conselho de administração, fornecedores, entidades financeiras e governamentais, em especial aos seus empregados, pelo esforço, dedicação e confiança recebidos em 2017.

BALANÇO SOCIAL	
DADOS OPERACIONAIS	**2017**
	R$ mil
- Faturamento Bruto	164.021
- ROL	121.573
INDICADORES SOCIAIS	
- Salários	36.684
- Encargos Sociais Compulsórios	6.548
- **Benefícios:**	**3.109**
- Alimentação	1.235
- Assistência Médica e Hospitalar	171
- Transporte	860
- Previdência Privada	16
- Treinamento	55
- Auxiliar Entidades Assitência Social	28
- Investimentos em Meio Ambiente	744

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da Wetzel S.A – Em recuperação judicial

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Wetzel S.A – Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wetzel S.A – Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic – (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 34, em 03 de fevereiro de 2016, a Companhia ajuizou na comarca de Joinville – Santa Catarina, pedido de recuperação judicial, nos termos da lei 11.101/05 em caráter de urgência. Em 11 de fevereiro de 2016, foi deferido o processamento da recuperação. A Companhia protocolou o Plano de recuperação pormenorizado, dentro do prazo estabelecido. Após duas suspensões de

assembleias, no dia 13/06/2017 foi realizada a continuidade da Assembleia Geral de Credores – AGC, com o quórum estabelecido, foi aprovada pelos presentes o plano de recuperação judicial e seu modificativo. A companhia aguarda o trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

2. Para o período findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta um Passivo a Descoberto de R$ 136.980 – controlada e R$ 138.377 - consolidado, sendo que seus ativos são de R$ 179.250 e Passivos 316.230 controlada e ativos de R$ 179.515 e passivos R$ 317.892 no consolidado.

3. A companhia que detém 60% do capital votante da investida Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda conforme nota explicativa 10.1, deliberou em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações dessa controlada. A Investida preparou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto da liquidação de seus ativos e passivos, e assim foram consideradas para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recálculo do REFIS I após exclusão do programa

O recálculo da dívida tributária original da exclusão do REFIS I, não pode ser mensurado com certeza, em razão das aberturas individualizadas e não consolidadas pelos órgãos federais da RFB – Receita Federal do Brasil, PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e INSS – Instituto Nacional do Seguro Social o que é considerado pela administração o principal assunto em relação ao passivo tributário.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria envolveram a revisão analítica dos débitos tributários apresentados, os extratos dos órgãos federais, os indicadores Selic e TJLP e a validação das fórmulas aplicadas de atualização e do montante apurado há incertezas em razão da falta de consolidação dos órgãos federais.

Fluxo de caixa da Recuperação Judicial

Analisamos o fluxo de caixa da recuperação judicial para pagamento de credores realizada pela administração, após aprovação da assembleia geral de credores do plano de recuperação judicial e seu modificativo é considerado pela administração um principal assunto para continuidade normal das

operações da companhia e leva em consideração o tempo de pagamento dos credores. A projeção contém diversas premissas estabelecidas pela administração com base na sua capacidade atual de realização.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria para revisão desse tema envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles e processos estabelecidos pela administração para apuração e desempenho do fluxo de caixa projetado para 2018 da recuperação judicial.

Verificamos as projeções mensais de receitas, custos e despesas que estão determinadas por um cenário conservador, ou assim, em equilíbrio com as operações a serem realizadas.

No procedimento de revisão constatamos que as premissas usadas e aplicadas estão consistentes com os dados ocorridos no período anterior e na capacidade de realização do fluxo.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado – DVA
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjuntos com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contáveis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboras, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a administração deixou de realizar o recálculo da dívida tributária excluída do REFIS I, em 31 de dezembro de 2017, em face da incerteza dos débitos não consolidados pelos órgãos federais, o que foi considerado inapropriado pela administração. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorções relevantes, ou não, com relação a esse assunto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos

controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville – SC, 23 de março de 2018

Doglas do Rosário
Contador CRC (SC) nº 23.917/O-5

SAPPIA AUDITORES E CONSULTORES
CRC (SC) nº 8.745/O

ANEXO II

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA WETZEL S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A SER SUBMETIDA À APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. **Lucro Líquido do Exercício:**
   Nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, bem como do Artigo 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido foi destinado para a amortização de prejuízos acumulados.

2. **Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
   Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

3. **Percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**
   Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

4. **Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**
   Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

   a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:
   Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

   b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:
   Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

d**) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

6. **Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

O lucro líquido do exercício (2017) foi destinado para a amortização de prejuízos acumulados e nos exercícios de 2016, 2015 e 2014 não houve lucro liquido.

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Não aplicável em razão da resposta da letra “a” do item “7”.

8. **Destinação de lucros à Reserva Legal:**

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

9. **A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

10. **Em relação ao dividendo obrigatório:**

a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

O Estatuto prevê o seguinte dividendo obrigatório: “art. 38 – Do Lucro Líquido serão deduzidos: a) a parcela de 5% (cinco por cento) de reserva legal, até esta atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) parcela de 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório aos acionistas”.

b) informar se ele está sendo pago integralmente:

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

c) informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Não aplicável em razão da resposta do item “1”.

ANEXO III

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2017 mostrou forte crescimento no setor automotivo, mas com forte concentração nas exportações. Com as frequentes suspensões das assembleias gerais de credores, o Plano de Recuperação Judicial da Wetzel só teve a homologação de sua aprovação no final de julho. Por essa razão a Wetzel não conseguiu aproveitar a onda de exportações que ocorreu nos segmentos de veículos, pois seus principais clientes temiam pela fragilidade jurídica da Wetzel antes da aprovação do plano.

Diante desse quadro desfavorável, o nível de faturamento da Wetzel apresentou-se estável em relação ao período exatamente anterior, 2016.

Para 2018 a empresa projeta crescimento significativo em todas as unidades de negócios, geração de lucro e caixa operacional.

Recuperação Judicial

Em 03 de fevereiro de 2016 a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial;
Em 11 de fevereiro de 2016 o pedido foi deferido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, fato este publicado em 02/03/2016 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe);
O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) em 15/06/2016;
A AGC – Assembléia Geral de Credores, convocada para 18/10/2016 não foi instalada por insuficiência de quórum qualificado;
A AGC convocada para 22/11/2016 foi instalada com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.
Também foram suspensas a pedido de credores as AGC(s) datadas de 23/02/2017 e 25/04/2017, ambas em continuidade à AGC instalada em 22/11/2016.
Em 13/06/2017 foi efetuada a continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e

os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC), foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 em 28/07/2017.

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander), todos pendentes de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R$ 5.000,00).

b) Estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Desde a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial, datado de 03 de Fevereiro de 2016, a empresa vem honrando seus compromissos financeiros sem a captação de novos empréstimos bancários, fazendo-se valer apenas do desconto de duplicatas junto a FIDC(s) e descontos sacados diretamente nos bancos dos clientes como forma de adequar o descompasso do fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do desconto de duplicatas, a empresa negociou prazos de pagamento com vários fornecedores e clientes para financiar seu capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não vem investindo em ativos permanentes, mas sim na manutenção dos equipamentos existentes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

			Controladora		Consolidado	
Circulante			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Modalidade	**Taxa Média**	**Garantia**				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5%aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	**4.319**	3.801	4.319	3.801
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	**3.548**	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30%aa	Aval	**3.009**	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	**13.740**	9.706	13.740	9.706
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	-	171		171
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	**17.960**	14.934	17.960	14.934
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	**5.124**	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.	-	-	**3.711**	8.580	3.711	8.580
ACC	VC + 4,10% aa	-	**2.146**	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas	1,98%am	Duplicatas	**1.844**	803	1.844	803
Conta Garantida	1,95%am	Aval / Duplicatas		1.041		1.041
Leasing	VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária	-	-	**1.945**	1.945
Total do Circulante			**55.401**	**52.863**	**57.346**	**54.808**
Não Circulante						
Modalidade	**Taxa Média**	**Garantia**				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.406	5.908	3.406	5.908
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	608	2.824	608	2.824
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	5.895	8.974	5.895	8.974
Financ. Direto com Fornec.	-	-	4.291	3.828	4.291	3.828
Total do Não Circulante			**14.200**	**21.534**	**14.200**	**21.534**
Total de Empréstimos e Financiamentos			**69.601**	**74.397**	**71.546**	**76.342**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Por Data de Vencimento				
Em até 6 meses	55.040	46.721	56.985	48.666
De 6 meses a 1 ano	4.637	6.141	4.637	6.142
De 1 a 2 anos	4.920	8.791	4.920	8.790
De 3 a 5 anos	4.481	11.400	4.481	11.400
Acima de 5 anos	523	1.344	523	1.344
Total de Empréstimos e Financiamentos	**69.601**	**74.397**	**71.546**	**76.342**

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Por Tipo de Moeda				
Reais - R$	64.446	69.242	64.446	69.242
Dólar Norte-Americano - US$	5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR	-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos	**69.601**	**74.397**	**71.546**	**76.342**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas Pré-Fixadas	30.259	34.631	30.259	34.631
Taxas-Pós Fixadas	39.342	39.766	41.287	41.711
Total de Empréstimos e Financiamentos	**69.601**	**74.397**	**71.546**	**76.342**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	74.397	76.151	76.342	78.719
Captação de Empréstimos e Financiamentos	12.352	6.321	12.352	6.321
Transferências Partes Relacionadas	-	1.925	-	1.925
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)
Transferências Partes Relacionadas	-	(94)	-	(94)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826
Saldo Final	69.601	74.397	71.546	76.342

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima. Com exceção do item "Duplicatas Descontadas" os demais valores referem-se a dívidas assumidas antes do pedido de recuperação judicial.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nos contratos de financiamento em vigor, não existem cláusulas e condições significativas que possam causar restrições e/ou limitações na gestão da Companhia.

g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Todos os limites de utilização dos financiamentos contratados já foram utilizados em sua plenitude. Após o pedido de recuperação judicial nenhuma instituição financeira abriu novos limites de crédito para a Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

I. A Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R$ 121,6 milhões, mostrando-se alinhada em relação ao ano anterior (R$ 121,6 milhões). O mercado automotivo cresceu basicamente em exportações, onde o adiamento da aprovação do Plano de Recuperação Judicial inviabilizou a empresa em atuar nesse nicho de mercado.

II. O Custo dos produtos vendidos foi de 94,4% sobre a receita líquida, contra 91,3% obtido em 2016, representando um aumento de 3,1 pontos percentuais. A estagnação nas vendas impossibilitou qualquer tentativa de repasse de custos aos preços no ano de 2017.

III. O resultado da atividade foi de R$ 18,3 milhões negativos, uma piora de R$ 5,1 milhões em relação a 2016, quando atingiu o valor de R$ 13,2 milhões negativo.

IV. O resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R$ 15,9 milhões negativos, uma redução de R$ 17,1 milhões em relação a 2016 quando atingiu o valor de R$ 1,2 milhões positivo. Contudo, se expurgado o efeito de reavaliação de propriedades para investimento, ocorrida no ano de 2016 no montante de R$ 12,1 milhões, essa diferença cai para R$ 5,0 milhões.

V. No resultado líquido do exercício consolidado foi apurado lucro de R$ 6,4 milhões. No exercício de 2016 foi apurado R$ 21,1 milhões de prejuízo. Isso se deve aos efeitos da adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, que teve efeito positivo de R$ 37,8 milhões no resultado de 2017. Expurgando-se esse efeito, o resultado de 2017 seria de R$ 31,4 milhões de prejuízo. Da mesma forma, expurgando-se o resultado da reavaliação das propriedades para investimento no ano de 2016, no montante de R$ 12,1 milhões, o resultado ajustado de 2016 seria de R$ 33,2 milhões. Portanto, comparando-se os resultados líquidos ajustados entre os dois períodos, a variação seria de R$ 1,8 milhões favorável em 2017 em relação a 2016.

VI. A geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA, a geração de caixa operacional atingiu R$ 13,2 milhões negativos, representando -10,9% da receita operacional líquida do ano de 2017.

VII. No Ativo Circulante destaca-se: a redução de R$ 2,0 milhões no saldo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa devido ao pagamento do valor mínimo (5%) do total do montante de impostos que foram aderidos ao PERT, no total de R$ 39,7 milhões. Portanto, com R$ 2 milhões (5%) foram quitados passivos tributários de R$ 39,7 milhões (100%).

VIII. No Ativo Não-Circulante destaca-se a redução do imobilizado no valor de R$ 6,4 milhões (depreciação e alienação de bem para pagamento de dívida RJ) e a redução de R$ 6,4 milhões em Créditos Eletrobrás (também utilizado para pagamento dívidas da RJ), além da redução de Impostos Diferidos em R$ 3,9 milhões.

IX. No Passivo Circulante houve uma reclassificação de dívidas de Longo Prazo para Curto Prazo no montante de R$ 2,0 milhões e aumento de R$ 1,1 milhões em Empréstimos e Financiamentos (aumento de descontos de duplicatas e/ou descontos sacados) redução na conta de Encargos Energia Elétrica de R$ 3,0 milhões e redução de R$ 23,2 milhões de Obrigações tributárias e Obrigações sociais, esses últimos, quitados com a adesão ao PERT.

X. No Passivo Não-Circulante destaca-se a reclassificação de R$ 2,0 milhões para Passivo Circulante, aumento de R$ 1,1 milhões em tributos diferidos.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Nas Unidades Ferro e Alumínio a Companhia possui parcela relevante de sua receita voltada para o segmento automotivo, em especial, para a linha de caminhões, e na Unidade Eletrotécnica são produzidos e comercializados produtos fundidos em alumínio e PVC voltados para aplicação em instalações elétricas industriais, os quais são vendidos para grandes distribuidores de materiais elétricos e instaladores em obras de engenharia.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Afetaram significativamente os resultados da Companhia:

O aumento de custos sem aumento das receitas – tivemos aumentos de custos conforme contratos de fornecimento, de serviços e acordos coletivos, sem ter o respectivo crescimento no nível das vendas (receitas), já causando um impacto direto do Lucro Bruto. Esse descompasso entre Receita e Custo não pode ser absorvido pelas Despesas Operacionais, causando impacto direto no resultado da atividade.

O fator que mais contribuiu para a estagnação nas vendas foi a demora na aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, que só foi aprovado em Assembléia Geral de Credores no dia 13/06/2017 e homologado em juízo no dia 28/07/2017. Segundo informações dos principais clientes, a “insegurança jurídica” na continuidade dos negócios da Companhia levou-os a buscar uma segunda fonte de fornecimento como importações de produtos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A empresa não tem por regra a contratação de hedging cambial ou derivativos financeiros, haja vista o baixo volume de exportações: apenas 9,5% do faturamento total apenas da Unidade de Negócios da Ferro, a qual está concentrada em itens de eletro-ferragens. Para produtos do mercado de autopeças existe a regra de repasse trimestral do aumento de matéria-prima, que é balisado pela L.M.E. – Bolsa de Metais de Londres e pela taxa R$/ USD. Para a Mão de Obra aplicada, o repasse é anual, baseado no acordo coletivo da categoria. Nos demais componentes dos custos a negociação é feita caso a caso pelo Departamento Comercial com base no índice geral de preços – IGP-m. No ano de 2017 o Departamento Comercial fez várias negociações com clientes visando a recomposição de margens de produtos.

c) **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Durante o ano de 2017 houve grande volatidade na taxa cambial e na LME – London Metal Exchange, ambos componentes da formação do custo de aquisição da matéria prima da unidade Alumínio. Esses impactos já foram calculados e a área comercial já vem negociando com os clientes para repasse nos preços de venda de 2018.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) **Introdução ou alienação de segmento operacional:**

No ano de 2017 não houve qualquer aquisição ou alienação de Unidades Produtivas Individuais – U.P.I.(s). Entretanto essa possibilidade não está descartada, caso venha a impactar positivamente na viabilidade econômica da empresa.

b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

No ano de 2017 não houve qualquer movimentação no sentido de busca por parceiros estratégicos. Contudo, da mesma forma que o item anterior, essa sitação poderá vir a ocorrer caso isso traga a viabilidade econômica para a Companhia.

c) **Eventos ou operações não usuais:**

No ano de 2017, não tivemos nenhuma operação alheia aos objetivos normais do negócio da empresa.

10.4. Comentários sobre:

I - Mudanças significativas nas práticas contábeis:

a. Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a legislação brasileira vigente.

b. Demonstrações Financeiras Consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe parcela de "lucro não realizado nos estoques" entre Controladora e Consolidado, não há diferenças no patrimônio líquido nem no resultado apurados entre Controladora e Consolidado. Portanto, a Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

II - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Nada a destacar.

III - Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Auditoria Externa emitiu o relatório com ressalva informando que "*Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic – (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais*".

Adicionalmente foram colocadas três ênfases. A ênfase nº 1 trata-se da recuperação judicial da Wetzel que já foi mencionado na nota explicativa nº 34. A ênfase nº 2 apresenta que de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia encerrou o 4º trimestre de 2017 com um Passivo a Descoberto de R$ 136.980 – controlada e R$ 138.377 – consolidado. A ênfase nº 3 trata da descontinuidade das operações da controlada "Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda", onde a base de preparação das demonstrações financeiras partiu do pressuposto de liquidação de ativos e passivos da mesma.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Nada a destacar.

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

b) natureza e o propósito da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:
Previsão de aquisições de centros de usinagem e máquina de baixa pressão para atender às demandas dos novos produtos nomeados de clientes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:
Necessidades de investimentos em 2018 deverão ser realizados com recursos próprios provenientes da geração de caixa das operações. Descompassos no Fluxo de Caixa deverão ser cobertos com descontos de títulos a vencer (desconto de duplicatas e antecipação de sacados).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:
Para restaurar a saúde financeira da companhia existe a possibilidade de alienação parcial ou total de uma ou mais unidades de negócio – UPI (s) – Unidades Produtivas Individuais, bem como a alienação de propriedades para investimento como forma de pagamento de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:
Nada a declarar.

c) Novos produtos e serviços:
A Unidade de Negócios Eletrotécnica iniciará em 2018 a comercialização da luminária industrial "high bay" que foi desenvolvida durante o ano de 2017. Além disso, vem intensificando a comercialização de outros itens com aplicações em LED, como projetores e linha EXD (à prova de explosão).

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:
Em 2017 foi lançado o programa SWP – Sistema Wetzel de Produção, sistema que comportará todos os programas de controles e melhorias de processo das fábricas tais como: Kaizen, O.E.E. e células-padrão de produção.

ANEXO IV

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política e prática de remuneração:

a) política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e membros do Conselho Fiscal está alinhada as melhores práticas de mercado.

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria, de acordo com a legislação.

Forma de reajuste: Aplicação do percentual equivalente ao acordado em convenção coletiva de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.

b) composição da remuneração:

i. Conselho de Administração

Os Conselheiros recebem remuneração fixa, de forma igualitária, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, além de reembolsos de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração poderão perceber remuneração maior em razão das atribuições e responsabilidades assumidas.

ii. Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem remuneração fixa anual, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores.

Os membros da Diretoria não estatutária, regidos pela CLT, percebem remuneração mensal de acordo com a política de cargos e salários da Companhia, alinhada às práticas de mercado.

iii. Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada na Assembleia Geral que aprovar a sua instalação e eleger os seus membros, devendo ser respeitado o mínimo legal, ou seja, a remuneração do Conselho Fiscal em funcionamento não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefício e participação nos lucros.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não utiliza indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em indicadores de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Política de remuneração alinhada às práticas de mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Inexiste na Companhia remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste na Companhia remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, segue tabela:

Ano	Órgão	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Remuneração Fixa Anual - Pró-labore	Remuneração Variável e outros benefícios
2015	Diretoria	3	3	R$ 1.132 mil	Não Possuem
	Conselho de Administração	3,33*	3	R$ 131 mil	
	Conselho Fiscal	3	3	R$ 138 mil	
2016	Diretoria	2,08*	2,08*	R$ 1.033 mil	
	Conselho de Administração	3	2***	R$ 113 mil	
	Conselho Fiscal	3**	3**	R$ 52 mil	
2017	Diretoria	2	2	R$ 1.131 mil	
	Conselho de Administração	3	2***	R$ 121 mil	
	Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	
2018	Diretoria	2	2	R$ 1.650 mil	
	Conselho de Administração	3	2***	R$ 450 mil	
	Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	

Obs. (*) Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(**) Número de membros corresponde à média no período de instalação do CF, de janeiro a maio/2016, apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(***) Quantidade de conselheiros apresenta apenas os conselheiros remunerado, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não há remuneração baseada em ações (opções exercidas e ou ações entregues) do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

31/12/2017	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Conselho de Administração	73	0,0106	112.832	8,2239
Diretoria	442	0,0644	4.023	0,2932
Conselho Fiscal	0	0,0000	0	0,0000
Outros	685.486	99,9249	1.255.147	91,4829
Total	**686.001**	**100,00**	**1.372.002**	**100,00**

13.10 Em relação aos planos de previdência

A Companhia esclarece que no ano de 2017 concluiu o Processo de Retirada do Patrocínio do Plano de Previdência Complementar – WetzelPrev extensivo a todos os empregados, inclusive à Diretoria Estatutária. Em 10 de fevereiro de 2017 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC autorizou a Retirada por meio da Portaria Nº 126 publicada no Diário Oficial da União e após o cumprimento todas as obrigações da Companhia com seus participantes e assistidos (resgate e/ou portabilidade dos recursos do plano), em setembro de 2017, o plano foi definitivamente encerrado.

Atualmente não existe plano de previdência em vigor.

13.11. Remuneração dos 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal, em forma de tabela:

Ano	Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2015	Número de Membros	3,33	3	3
	Número de Membros Remunerados	3,33	3	3
	Valor da maior remuneração (R$)	56.160,00	423.700,00	46.116,00
	Valor da menor remuneração (R$)	9.360,00	351.600,00	46.116,00
	Valor da medio da remuneração (R$)	39.300,00	377.300,00	46.116,00
2016	Número de Membros	3	2,08	3
	Número de Membros Remunerados	2	2,08	3
	Valor da maior remuneração (R$)	56.160,00	542.640,00	17.421,60 *
	Valor da menor remuneração (R$)	56.160,00	29.025,00	17.421,60 *
	Valor da medio da remuneração (R$)	56.160,00	496.867,00	17.421,60 *
2017	Número de Membros	3	2	N/A
	Número de Membros Remunerados	2	2	N/A
	Valor da maior remuneração (R$)	60.320,00	617.120,00	N/A
	Valor da menor remuneração (R$)	60.320,00	513.420,00	N/A
	Valor da medio da remuneração (R$)	60.320,00	565.270,00	N/A

(*) Obs. Remuneração referente período de funcionamento do CF de janeiro a maio/2016.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para o emissor)

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não houve remuneração na Controlada para membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária, que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que as diferenças entre a proposta de remuneração para 2017 (R$ 2.000 mil) e a remuneração efetivamente realizada no exercício (R$ 1.252 mil), constantes do item 13.2 do FR decorreram da não correspondência entre o período da proposta (de uma AGO a outra) e o período da efetiva apuração (exercício social de 2016), pela eleição de apenas 2 (dois) membros exclusivos para o Conselho de Administração e pelo acúmulo de funções do Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, remunerado exclusivamente pela função de Diretor.

ANEXO V

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO

Nos termos do Art. 5º da Instrução CVM nº 481/2009, para ser admitido na assembleia, os acionistas deverão apresentar os comprovantes de sua condição de acionista, mediante a apresentação de:

(i) documento fornecido pela instituição financeira escrituradora ou entidade custodiante das ações de emissão da Companhia; e

(ii) documento de identidade e/ou os atos societários que comprovem sua representação legal.

Os comprovantes de identificação do acionista ou de seu mandatário deverão ser enviados à Companhia, preferencialmente, até as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2018 ou através de e-mail ou outro meio eletrônico disponível.

Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, enviando à Companhia a respectiva procuração, preferencialmente, até as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2018.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar, à Companhia, preferencialmente até as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2017:

(i) cópia do documento que comprove a qualidade de administrador da pessoa que irá representar o fundo na assembleia;

(ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia ou a quem tenha outorgado a procuração; e

(iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea “ii” deste item, a ele relativos.

Não obstante, a Companhia ressalta que o envio prévio de documentos por meio eletrônico ou cópias visa somente dar agilidade ao processo, sendo obrigatória a apresentação dos documentos originais para a participação da Assembleia.

A Companhia informa ainda, a possibilidade do exercício do voto daqueles acionistas que não puderem comparecer no dia da AGO, ou se assim preferirem, por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CV"") 481/2009, conforme alterada pela Instrução 561/15.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, poderá fazê-lo por meio: (i) do envio diretamente à Companhia; (ii) ao seu agente de custódia que preste esse serviço, ou (iii) ao agente escriturador das ações da Companhia - Itaú Corretora de Valores S/A.

Caso opte por enviar o boletim diretamente à Companhia, o acionista deverá enviar o Boletim (Anexo V) para o endereço postal da Companhia, abaixo indicado, devidamente assinado, rubricado e acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) Pessoas Físicas: documento de identidade do acionista ou de seu representante legal (neste caso, acompanhado da comprovação de poderes);
(ii) Pessoas Jurídicas: documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do representante; e
(iii) Fundo de Investimento: documentos indicados no inciso anterior e regulamento de fundo.

Para facilitar os trabalhos da Assembleia, o acionista pode enviar cópia do Boletim e dos documentos exigidos para o endereço eletrônico: assembleia@wetzel.com.br, mas as vias originais devem ser entregues no endereço postal da Companhia até 20/04/2018. Os originais que forem recebidos após essa data serão desconsiderados.

Os acionistas serão comunicados em até 03(três) dias da data de recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do Boletim, opte por comparecer à Assembleia (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto à distância poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto presencialmente.

Os acionistas deverão enviar os documentos acima, para os seguintes endereços:

Envio de Documentos por e-mail:
E-mail: assembleia@wetzel.com.br
Assunto: Documentos para AGO Wetzel S.A. [Nome do Acionista/Procurador]

Envio de Documentos Físicos:

Wetzel S/A – Em Recuperação Judicial

A/C: Departamento Jurídico e de Relações com Investidores

Rua Dona Francisca, nº 8300, Bloco H, Perini Business Park, Distrito Industrial

Joinville-SC, CEP: 89.219-600

Por fim, a Companhia esclarece que a Proposta da Administração encontra-se à disposição dos interessados na sede da Companhia e nos sites da B3 S.A. (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.wetzel.com.br/a-wetzel/relacoes-com-investidores/).

Qualquer dúvida, favor contatar o departamento de Relação com Investidores no telefone + 55 47 3451-8522 ou marciah@wetzel.com.br ou assembleia@wetzel.com.br

ANEXO VI **Data da atualização das informações: 28/03/2018**

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - WETZEL S.A. de 27/04/2018

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail

Orientações de preenchimento

Antes de iniciar o preenchimento, recomendamos ao acionista que acesse todos os documentos disponibilizados pela Companhia, relativos à Proposta da Administração, onde as matérias estão descritas de maneira mais detalhada.

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

• todos os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos;
• todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
• ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
• não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

As instruções de voto para a Assembleia serão recebidas ATÉ 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, 20/04/2018 (inclusive), por meio das seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Envio ao Custodiante:
Neste caso, o acionista deve transmitir a instrução de voto ao agente de custódia de suas ações, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante.

Alternativa 2 – Envio ao Escriturador:
Neste caso, o acionista deve transmitir a instrução de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.), através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão no site http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/.

Alternativa 3 – Envio à Companhia:
Neste caso, o acionista deve enviar este Boletim para o endereço postal da Companhia, abaixo indicado, devidamente assinado e acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) Pessoas Físicas: documento de identidade do acionista ou de seu representante legal (neste caso, acompanhado da comprovação de poderes);

(ii) Pessoas Jurídicas: documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do representante; e

(iii) Fundo de Investimento: documentos indicados no inciso anterior e regulamento de fundo.

Para facilitar os trabalhos da Assembleia, o acionista pode enviar cópia do Boletim e dos documentos exigidos para o endereço eletrônico: assembleia@wetzel.com.br, mas as vias originais devem ser entregues no endereço postal da Companhia ATÉ 20/04/2018. Os originais que forem recebidos após essa data serão desconsiderados.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do Boletim, opte por comparecer à Assembleia (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto à distância poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto presencialmente.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Wetzel S/A - Em Recuperação Judicial
A/C Departamento Jurídico e de Relações com Investidores
Rua Dona Francisca, nº 8300, Bloco H, Perini Business Park, Distrito Industrial,

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - WETZEL S.A. de 27/04/2018

Joinville-SC - CEP 89.219-600
e-mail: assembleia@wetzel.com.br

Os acionistas serão comunicados em até 03 (três) dias da data de recebimento do boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Itaú Corretora de Valores S/A
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º Andar
São Paulo-SP
CEP 04538-132
Telefone
Atendimento a acionista
3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 7209285 (demais localidades)
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.
e-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2017 para conta de prejuízos acumulados, declarando-se inexistente a hipótese de distribuição de dividendos.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

3. Fixar a remuneração global dos administradores, no valor de R$ 2.000.000,00, conforme Proposta da Administração.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Questão Simples

4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei 6.404/1976?

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Cidade :_____

Data :_____

Assinatura :_____

Nome do Acionista :_____

Telefone :_____